

Companhia de Saneamento Municipal -CESAMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA é uma empresa pública Municipal de Juiz de Fora, criada pela Lei nº 7.762/90 e regida pela Lei Municipal 13.473/2016, pelas Leis Federais 6.404/76, 11.445/2007 e a Lei das Estatais 13.303/2016. Com patrimônio próprio, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de duração indeterminada. Com objeto social de planejar e executar o sistema público de abastecimento de água e esgotamento sanitário visando à universalização do acesso, sem prejuízo da sustentabilidade econômico-financeira a longo prazo, em cumprimento à política de gestão e às regras regulatórias do setor ditado pelo Poder Executivo municipal, titular do serviço de saneamento. Sendo o valor das Tarifas regulados pela ARSAE – Agencia Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais até abril de 2020, a partir de setembro de 2020 a regulação passou ser realizada pela Agência reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico de Minas Gerais - ARISB .

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a égide da Estrutura Conceitual, objetivando fornecer informações para a tomada de decisões, sendo estas apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em simetria com os Pronunciamentos Contábeis (CPC) além de estar alinhada com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, bem como em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e atualizadas por seus dispositivos A companhia vem adotando o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado por entender ser um demonstrativo de grande importância para a sociedade. A companhia adota as avaliações e os procedimentos necessários para a apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com novas práticas contábeis.

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da presente demonstração contábil em 09 de abril de 2021, avaliando como evento subsequente os efeitos causado pela pandemia do COVID 19 no município de Juiz de Fora que decretou situação de emergência. Com isto a Companhia adotou medidas de redução dos custos e alongamento de obrigações para suportar os impactos no aumento da inadimplência, já as medidas adotadas pelo município de Juiz de Fora para contenção da Covit19 não proporcionaram redução na receita de tarifa.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses,

ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

b) Contas a receber

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. A inadimplência da Companhia em 30 dias é superior a 30%, em função do corte que só ocorrer após 60 dias, reduzindo ao longo do tempo, onde em um ano a média cai para 3%.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa:

A metodologia de cálculo da PCLD de 2020 foi apresentada e aprovada pela Diretoria Executiva, apurada com base no contas a receber vencido nos anos de 2009 a 2020. Resultando numa taxa de 9,09%, calculada pela média de 2009 a 2019 do saldo em aberto de cada ano sobre o acumulado em aberto até 31/12/2020. Esta taxa foi aplicada sobre o saldo devedor e multiplicado por 12 referente ao período em análise, sendo apurado o montante de R\$ 13.000 e um ajuste necessário em 2020 de R\$ 5.430.

d) Estoques de materiais

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, bem como aqueles destinados a projetos, estão demonstrados ao custo médio de aquisição, sendo classificados no ativo circulante.

e) Créditos tributários

Os créditos tributários são calculados considerando as consequências fiscais atuais e futuras, também de diferença temporária tributável no futuro, de acordo com a determinação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

f) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos do valor de depreciação. Relativamente as depreciações e amortização são calculadas de acordo com o método levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e às taxas de depreciação referidas na nota 09. A companhia não realizou em 2020 estudo de recuperabilidade de seus ativos. Em 2021 a Companhia realizará uma licitação para contratação de empresa especializada em recuperabilidade de ativos, contratação esta com previsão para 2021.

g) Intangível

O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota 11.

h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i) Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares, quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

j) Provisão para contingências

São constituídas provisões para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo as mesmas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda baseada na opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que

possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda, registrado no resultado, é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente – 15% acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A partir de maio de 2010 a Companhia obteve liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do imposto de renda. Neste sentido, a CESAMA não realizou o recolhimento do imposto de renda devido. Mesmo com liminar favorável a Companhia continua a realizar o cálculo do IRPJ, o valor apurado do IRPJ vem sendo registrado diretamente no resultado e em contrapartida na conta do IRPJ a recolher no passivo não circulante, de 2010 a 2020 o valor está registrado em R\$ 93.147.

A contribuição social, registrada no resultado, é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

l) Juros sobre capital próprio

Os juros a pagar a acionistas calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 foram registrados no resultado do exercício, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

m) Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Provisão para contingências.

n) Reconhecimento de receita

Receita de Serviços: as receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência, as receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. São reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação destes serviços e são

apresentadas líquidas dos impostos sobre o valor agregado, devoluções e descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes (multa).

A Companhia reconhece a receita quando: I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; II) é provável que os valores serão arrecadados; III) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e IV) os bens e serviços são entregues.

Receita de Contrato com Cliente CPC 47: a Companhia avaliou e não possui ativos de contrato, assim não adotou o CPC 47 / IFRS 15 com aplicação a norma na data inicial de 1º de janeiro de 2019.

o) Instrumentos financeiros

Aplicações Financeira: A Companhia tem como pratica histórica fazer aplicações de baixo risco. As aplicações são realizadas com o intuito de manter a valorização dos recursos, são gerenciados num modelo de negócios cujo o objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48.

Clientes: As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, são mensurados pelo preço de transação no reconhecimento inicial e subsequente, determinado pelo CPC 47. O ativo é classificado e mensurado pelo custo amortizado pois gera fluxos de caixas que são exclusivamente para pagamento de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia fatura os serviços de água e esgoto mensalmente com vencimento médio de 10 dias.

Fornecedores: A Companhia não financia compras com fornecedores e seus prazos médios de vencimento são de 30 dias. É mensurado inicialmente pelo valor de transação que corresponde ao seu valor justo e subsequentemente ao custo amortizado. Além de possuir uma política de pagamento que contempla a antecipação aos fornecedores.

p) Arrendamentos

A companhia avaliou os impactos na aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 sobre as demonstrações financeiras, identificando e separando os contratos que são isentos de reconhecimento (curto prazo, baixo valor) todos que atendem aos quesitos da norma. Sendo os isentos registrados como despesa e os demais como Ativo de arrendamento com saldo líquido de R\$ 962 em 2020.

q) Contas de Destinação Específica

Foi desenvolvido pela Agência Reguladora (ARASE - MG), no processo de revisão tarifária de 2016, o conceito de Contas de Destinação Específica para reservar recursos a serem utilizados em áreas específicas, visando a melhoria da eficiência na prestação do serviço. Estes recursos, obtidos através da aplicação de percentuais sobre a Receita Tarifária de Aplicação (Calculada pela aplicação das tarifas de aplicação sobre o mercado faturado, deduzidos das vendas canceladas), devem ter um tratamento regulatório e contábil diferenciado, para viabilizar o cumprimento de metas. O percentual utilizado a partir de abril de 2020 foi de 8,7% sobre o Faturamento da Tarifa de Água e Esgoto, para abastecer estas Contas de Destinações Especificas foram divididas em Programa Controle de Perdas com 1%, Proteção a Mananciais com 0,5%, e Investimento Incentivado com 7,2% depositados em contas vinculadas (Nota Técnica CRFEF 06/2016).

Os valores das Receitas e Despesas oriundas das Contas de Destinação Específica

deverão ser excluídos da Base de Cálculo dos Dividendos, dos Juros Sobre Capital Próprio e da Participação no Resultado ao Empregados, conforme previsto no artigo 3º parágrafo 8º da Resolução ARSAE-MG 79/2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades de livre gestão e vinculadas estão demonstradas como segue:

	Livre Gestão		Vinculadas		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fundo Fixo	-	-	-	-	-	-
Banco	12.361	1.636	948	601	13.309	2.237
Aplicações financeiras	23.303	24.167	94.045	80.117	117.348	104.284
	35.664	25.803	94.993	80.718	130.657	106.521

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário, emitidos por bancos de 1ª linha, possuem rentabilidade indexada à taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, tendo liquidez diária. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado.

5. Créditos e contas a receber de usuários

	31/12/2020	31/12/2019
Valores a receber de usuários	44.441	39.050
Valores a receber partes relacionadas	5.263	4.741
Usuários não identificados (1)	(209)	(181)
Total Contas a Receber	49.495	43.610
Outros recebimentos	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:	(13.000)	(7.570)
	36.495	36.040

(1) A conta "usuários não identificados" representa valores recebidos no banco ainda não baixado no sistema da Companhia

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	4.038	2.254
Vencidos até 30 dias	11.127	11.252
Vencidos de 31 a 60 dias	3.971	2.321
Vencidos de 61 a 90 dias	1.593	1.618
Vencidos de 91 a 120 dias	1.055	873
Vencidos de 121 a 150 dias	702	575
Vencidos de 151 a 180 dias	586	557
Vencidos acima de 180 dias	21.369	19.600
	44.441	39.050

5.1. Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a contas a receber com partes relacionadas estão assim demonstrados:

	31/12/2020	31/12/2019
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	5.229	4.632
Departamento Municipal de Limpeza Urbana	34	109
	5.263	4.741

6. Estoque de materiais

O estoque da Companhia é composto de material de consumo e insumo, a saber:

	31/12/2020	31/12/2019
Material Escritório	60	51
Material de Limpeza e Conservação	21	10
Equipamento de Segurança	31	27
Peças e Acessórios para veículos	14	39
Produtos Químicos	523	394
Ferramentas	19	19
Material Utilizado na manutenção (a)	3.263	3.402
Uniformes	48	54
Materiais para consumo	39	128
Materiais para usinagem	318	312
	4.336	4.436

(a) Os estoques de material utilizado na manutenção referem-se basicamente materiais hidráulicos, elétricos e material de obra utilização na manutenção do sistema de água e esgoto pela Companhia.

7. Outros valores realizáveis

7.1 Circulante

A Conta outros valores realizáveis de curto prazo em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento a Terceiros	2.009	2.009
Adiantamento Empregados	77	279
Convênio a Receber	42	5
Parte Relacionadas	0	0
Outros Créditos	2	1
	2.130	2.294

7.2 Não Circulante

A Conta outros valores realizáveis de longo prazo em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2020	31/12/2019
Tributos a recuperar	2.318	4.937
Outros Créditos	81	82
Despesas antecipadas	713	0
	3.112	5.019

8. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2020	31/12/2019
IRRF s/ aplicações	3.183	2.964
Pasep	-	-
Cofins	2	1
Antecipação de imposto de renda	741	627
Antecipação de contribuição social	1.198	530
INSS	48	48
Impostos e Contribuições s/conta água/esgoto	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>5.173</u>	<u>4.171</u>

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação %	<u>31/12/2020</u>			<u>31/12/2019</u>
		Depreciação			Total líquido
		Custo	Acumulada	Total líquido	
Terrenos		1.665	0	1.665	1.665
Edificações	4	12.451	-11.471	980	1.134
Valor Justo de Edificações	1,43	19.058	-3.282	15.776	16.049
Veículos	20	3.344	-3.283	61	71
Máquinas equipamentos	10	8.353	-7.869	484	701
Ferramentas	20	124	-124	0	0
Móveis e Utensílios	10	652	-518	134	130
Equipamentos Informática	10	715	-123	592	331
Sistema de Água	4	192.579	-92.678	99.901	102.497
Sistema de Esgoto	4	88.714	-43.646	45.068	47.370
Inversões Fixas		247	0	247	247
Instalações Investimento Incentivado	4	55.350	-4.575	50.775	40.007
Arrendamento		2.186	-1.225	961	0
Obras em Execução Investimento Incentivado		46.332	0	46.332	28.596
Obras em Execução		48.359	0	48.359	47.857
Benfeitorias em Terceiros	10	<u>1.830</u>	<u>-880</u>	<u>950</u>	<u>1.025</u>
		<u>481.959</u>	<u>-169.674</u>	<u>312.285</u>	<u>287.680</u>

A depreciação do exercício apropriada ao resultado, foi de R\$ 11.747 (R\$ 10.862 em 2019) como custo na atividade e despesas gerais. Os itens de Instalações investimento incentivado e obras em execução investimento incentivado foram criadas pela Agência Reguladora para agrupar os investimentos que devem ter um tratamento regulatório diferenciado.

9.1. Movimentação do custo

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020	Adições	Baixas	Crédito PIS COFINS	31/12/2019
Custo						
Terrenos		1.665	0	0	0	1.665
Edificações		12.451	0	0	0	12.451
Valor Justo de Edificações	1,43	19.058	0	0	0	19.058
Veículos	20	3.344	0	0	0	3.344
Máquinas equipamentos	10	8.353	28	(11)	0	8.336
Ferramentas	20	124	0	0	0	124
Móveis e Utensílios	10	652	39	(7)	0	620
Equipamentos de Informática	10	715	303	0	0	412
Sistema de Água	4	192.579	3.991	(309)	0	188.897
Sistema de Esgoto	4	88.714	756	(64)	0	88.022
Inversões Fixas		247	0	0	0	247
Instalações Investimento Incentivado	4	55.350	12.871	0	0	42.479
Arrendamento		2.186	1.214	0	0	972
Obras em Execução investimento incentivado *		46.332	17.736	0	0	28.596
Obras em Execução *	10	48.359	502	0	0	47.857
Benfeitorias em Terceiros		1.830	0	0	0	1.830
Total Custo		481.959	37.440	-391	0	444.910
Depreciação Acumulada						
Edificações		(11.471)	(154)	0	0	(11.317)
Valor Justo Edificações		(3.282)	(273)	0	0	(3.009)
Veículos		(3.283)	(10)	0	0	(3.273)
Máquinas equipamentos		(7.869)	(245)	11	0	(7.635)
Ferramentas		(124)	0	0	0	(124)
Móveis e Utensílios		(518)	(33)	5	0	(490)
Equipamentos de Informática		(123)	(42)	0	0	(81)
Sistema de Água		(92.678)	(6.278)	0	0	(86.400)
Sistema de Esgoto		(43.646)	(2.994)	0	0	(40.652)
Benfeitorias em Terceiros		(880)	(75)	0	0	(805)
Depreciação Investimento Incentivado		(4.575)	(2.103)	0	0	(2.472)
Arrendamento		(1.225)	(821)	0	0	(404)
Total da Depreciação		(169.674)	(13.028)	16	0	(156.662)
Total Líquido		312.285	24.412	(375)	0	288.248

(a) Obras em Execução destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

As baixas tanto do exercício de 2019, quanto do exercício de 2020, referem-se ao sucateamento natural dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

10. Intangível

10.1. Composição dos saldos

Em 31 de dezembro, o intangível estava demonstrado como segue:

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020	31/12/2019
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4	1.070	1.070
Concessões de Uso		1.984	1.984
Programa de Informática		939	939
Desenvolvimento Software		1.938	1.915
Total custo		5.931	5.908
Depreciação acumulada			
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(843)	(821)
Programa de Informática		(62)	(41)
Total depreciação		(905)	(862)
Total líquido		5.026	5.046

10.2. Movimentação do custo

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020				31/12/2019	
		31/12/2020	Adições	Baixas	Crédito PIS COFINS	31/12/2019	
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4	1.070	0	0	0	1.070	
Concessões de Uso		1.984	0	0	0	1.984	
Programa de Informática		939	0	0	0	939	
Desenvolvimento Software		1.938	23	0	0	1.915	
Total custo		5.931	23	0	0	5.908	
Depreciação acumulada							
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(843)	-22	0	0	(821)	
Programa de Informática		(62)	-21	0	0	(41)	
Total depreciação		(905)	(43)	0	0	(862)	
Total líquido		5.026	(20)	0	0	5.046	

11. Fornecedores e Empreiteiros

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedor	1.196,00	1.495
Empreiteiro	7.134,00	4.728
Arrendamento Veículos	1.047,00	0
Locação equipamentos	0	404
	9.377	6.627

Empresas especializadas na execução de obras na área de saneamento.

12. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional						
BDMG - 150.739/11	637	3.053	3.690	609	3.574	4.183
BDMG - 181638	3.750	8.585	12.335	3.678	11.925	15.603
CAIXA 0182288-92/07	185	1.867	2.052	165	2.062	2.227
CAIXA 0056597-36/18	88	1.463	1.551	0	1.624	1.624
BNDES	905	0	905	1.097	894	1.991
CEF - Capital de Giro	0	0	0	1.000	0	1.000
	5.565	14.968	20.533	6.549	20.079	26.628
Em moeda nacional	Encargos	Período Inicial	Período Final	31/12/2020	31/12/2019	
BDMG - 150.739/11	8%+IPCA	16/09/2011	16/09/2026	3.690	4.183	
BDMG - 181638	7%+IPCA	20/04/2016	20/03/2024	12.335	15.603	
CAIXA 0182288-92/07	6%+FGTS	28/12/2007	28/12/2030	2.052	2.227	
CAIXA 0056597-36/18	9%+FGTS	31/03/2019	06/08/2038	1.551	1.624	
BNDES	192%+TJLP	29/10/2012	12/11/2021	905	1.991	
CEF - Capital de Giro	0,4%+CDI mês	29/01/2016	28/12/2020	0	1.000	
				20.533	26.628	

As garantias dos empréstimos e encargos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto.

13. Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2020	31/12/2019
INSS retido na Fonte	148	125
ISS retido na Fonte	140	141
IRRF	505	504
PASEP	190	186
COFINS	879	863
ISSQN	13	11
Retenção Contribuição Lei 10.833	62	29
IRPJ	65	65
CSLL	12	12
Total Curto Prazo	2.014	1.936
IRPJ	93.147	0
CSLL	1.422	0
Total Curto Prazo	94.569	0
Total	96.583	1.936

14. Obrigações Trabalhistas e Sociais

A Conta outros débitos em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	31/12/2020	31/12/2019
Salários	143	
Participação resultado dos empregados	1.248	
SENAI	10	
Previdência Social	976	
FGTS	337	
Convênio SESI	38	
Convênio SENAI	26	
Décimo Terceiro, Férias e Encargos	4.499	5.076
	7.277	5.076

15. Outros Passivos

A Conta outras obrigações em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2020	31/12/2019
Participação resultado dos empregados	0	485
SENAI	0	11
Convênio SESI	0	42
Convênio SENAI	0	28
Previdência Social	0	1.058
FGTS	0	351
Depósito Judiciário	(2)	(2)
SENAI Treinamento	82	71
SESI Assistência Social	2	65
Décimo Terceiro, Férias e Encargos	0	11
Cauções de terceiros	79	83
Valores a restituir usuários	3.875	3.248
Outros Valores exigíveis	1.769	2.145
Total Curto Prazo	5.805	7.596
Retenções P/responsabilidade solidaria	0	336
IRPJ (Ação Imunidade)	0	76.083
Total Longo Prazo	0	76.419
Total	5.805	84.015

16. Obrigações por Concessão de Uso

A Conta por Concessão em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2020	31/12/2019
Concessão de Uso (a)	1.985	1.985
	1.985	1.985

- (a) A conta concessão de uso corresponde a contratos de cessão realizados entre a companhia e outros órgãos públicos, onde a CESAMA ocupa áreas cedidas por órgãos públicos sem ônus, apenas os custos de manutenção são custeados pela CESAMA.

17. Provisão para contingências

17.1 Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A CESAMA mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Depósitos Judiciais		Provisões para contingências	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cível (a)	37	37	5.714	6.214
Trabalhista (b)	249	249	14	217
	286	286	5.728	6.431

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- (a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços dentre outros.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

17.2 Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 30.256

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

- (a) Os processos cíveis referem-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

18. Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de contribuição definida, administrados pela BRADESCO MULTIPENSIONS, entidade fechada de previdência complementar.

18.1 Plano de Contribuição Definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

19. Instrumentos financeiros

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

a) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

b) Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” para se proteger desse risco.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

a) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

b) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos no mercado local. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. Os financiamentos destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

20. Partes relacionadas

20.1 Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

A Companhia é controlada diretamente pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora com 99,99% das ações e de forma indireta através do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB com 0,01% de ações, totalizando 100% das suas ações.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados no exercício de 2020 estão demonstrados na nota 5.1.

As operações com empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades.

As operações com empresas associadas, relacionadas à atividade operacional da Companhia, foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e seus saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante	5.263	4.741
Contas a Receber	5.263	4.741
Ativo Não Circulante		
Imobilizado - Cessão de uso (a)	1.985	1.985
	1.985	1.985
Total Ativo	7.248	6.726
Passivo Circulante		
Cessão de Uso (a)	1.985	1.985
	1.985	1.985
Total Passivo	1.985	1.985

a) Os montantes de cessão de uso são referentes a imóveis utilizados pelas partes relacionadas, onde a Prefeitura utiliza o imóvel da CESAMA localizado na Av. Independência lojas 992 e 994 e em contrapartida a prefeitura cede o imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas nº 1001 e 8º andar do Edifício Adhemar Resende de Andrade situado a Avenida Rio Branco 1843.

20.2 Operações com pessoal-chave da administração

Os diretores que pertencem ao quadro de empregados não possuem os mesmos benefícios dos demais empregados da CESAMA.

A CESAMA adota política de remunerações variáveis a seus diretores e pessoal chave que em 2019, conforme condições previstas nos respectivos contratos determinaram provisão no montante de R\$ 593 e em 2019 o valor de R\$ 536 reconhecidos em rubrica própria.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 161.000, representado por 161.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	160.984	99,99%
DEMLURB	16	0,01%
	161.000	100,00%

21.2 Reserva de Capital

O saldo da conta Reserva Capital não sofreu qualquer alteração em 2020, permanecendo o valor de R\$ 1.416.

21.3 Reserva Legal

A reserva legal tem sido constituída em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 o montante constituído foi de R\$ 2.033 totalizando ao final um saldo de R\$ 15.536.

21.4 Reserva Para Plano de Investimentos

A Reserva para Plano de Investimentos tem sido constituída sobre o saldo remanescente de Lucro Acumulados depois das devidas destinações Legais e Estatutária que em 2020 representou R\$ 20.016 totalizando ao final um saldo de R\$ 136.464.

21.5 Reserva de Incentivos Fiscais

A reserva de incentivos fiscais tem sido constituída dos repasses governamentais, em 2020 o valor da receita de subvenção foi de R\$ 501 sendo transferida para esta reserva passando o saldo a ser de R\$ 4.684.

21.6 Dividendos

A companhia está em fase de aprovação da política de dividendos e JSCP, portanto no exercício de 2020 foi considerando como direito a dividendos e JSCP o mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia.

Garantindo a sustentabilidade da Companhia, sendo os limites e critérios estabelecidos em conformidade nos termos da Lei 13.303/16, que estabelece o regime jurídico das estatais, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.) que rege os dividendos, Lei 9.249/95 que rege os JSCP, no Estatuto Social da Companhia e em deliberações do conselho de administração e/ou assembleia geral da Companhia.

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	31/ 12/ 2020
Lucro Líquido	40.897
Ajuste Exercícios Anteriores	(235)
Reserva Legal (5%)	(2.033)
Subvenções	(501)
Tarifa Subsidiada	(30.258)
Despesas Tarifa Subsidiada	11.659
Base de Cálculo dos Dividendos	19.529
Mínimo a distribuir	4.882
JSCP	12.042

22. Receita operacional líquida

A receita bruta da companhia é decorrente de dois segmentos de negócios, do serviço de abastecimento de água potável e o esgoto sanitário, que estão distribuídos a saber:

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de Água		
Tarifa de Água	142.588	138.848
Ligações	2.922	4.389
Cortes e Sanções	39	46
Ampliações Redes	11	9
Outros Serviços Técnicos	218	246
	145.778	143.538
Serviços de Esgoto		
Tarifa de Esgoto	92.856	89.695
Ligações	79	97
Ampliações Redes	501	538
Outros Serviços	7	2
	93.443	90.332
Receita Bruta	239.221	233.870
Cancelamentos	(2.966)	(4.222)
Pis sobre faturamento	(3.926)	(3.854)
Cofins sobre faturamento	(18.127)	(17.819)
ISS sobre Serviços	(115)	(160)
	(25.134)	(26.055)
Receita Líquida	214.087	207.815

23. Custo dos serviços prestados

Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim demonstrados:

	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos Sistemas		
Sistema de Água		
Pessoal	9.670	12.841
Material e Insumos	5.945	5.460
Serviços de Terceiros	10.663	11.709
Despesas Gerais	20.018	17.703
Depreciações e Amortizações	8.180	7.299
	54.476	55.012
Sistema de Esgoto		
Pessoal	1.787	1.561
Material e Insumos	1.378	1.018
Serviços de Terceiros	4.459	3.628
Despesas Gerais	836	858
Depreciações e Amortizações	2.780	2.735
	11.240	9.800
Total dos Custos do Sistema	65.716	64.812

24. Despesas gerais e administrativas

As despesas Gerais e Administrativas estão demonstradas como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
24. Despesas gerais e administrativas		
Administrativas		
Pessoal	52.002	53.139
Materiais e Insumos	1.216	1.508
Serviços	8.173	8.325
Depreciações / Amortizações	1.484	1.453
Baixa de Créditos/PCLD	5.430	(432)
Energia Elétrica	349	339
Provisão P/Contingência	(703)	1.548
	67.949	65.880
Gerais	661	1.485
Total	68.610	67.365

25. Resultado Financeiro

O resultado financeiro está demonstrado como segue:

25. Resultado Financeiro	31/12/2020	31/12/2019
Receita Financeira		
Rendimento Aplicações	2.482	3.976
Ascrécimo por Impontualidade	1.437	2.470
Descontos Obtidos	191	90
	4.110	6.536
Despesa Financeira		
Encargos Financiamento	(2.362)	(2.771)
Tarifa com Cobrança de Faturas	(2.086)	(2.125)
Outras Despesas Financeiras	(13)	(7)
	(4.461)	(4.903)
Resultado Financeiro	(351)	1.633

26. Imposto de renda e contribuição social

26.1 Imposto de renda

A Companhia impetrou Ação Ordinária obtendo liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do IRPJ, alegando condição de empresa pública municipal responsável pela distribuição, coleta, tratamento de água potável e esgoto, devendo ser protegida pela imunidade tributária prevista no art.150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal de 1988. Em maio de 2010 foi deferida Tutela Antecipada pela Juíza Federal Titular da 3ª Vara de Juiz de Fora a favor da Companhia, ação esta que se encontra no Tribunal Regional Federal da Primeira Região para conclusão. Neste sentido, a CESAMA não contabilizou e não recolheu o IRPJ devido a partir do mês de maio de 2010 até o encerramento do exercício. O valor apurado em 2020 foi de R\$ 17.064, o valor apurado até a presente data é de R\$ 93.147 que está registrado na conta no Passivo de Longo Prazo IRPJ

26.1 Contribuição Social

O valor registrado como despesa de Contribuição Social nas Demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	63.465	73.666
Adições		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.187	0
Provisão para contingências	0	1.664
Apoio institucional	7	46
Outras Adições	50	107
	6.244	1.817
Exclusões		
Reversão para crédito de liquidação duvidosa	0	0
Receita de Subvenções	501	134
Reversão para contingência	703	548
Juros sobre capital próprio	0	5.432
	1.204	6.114
Base de Cálculo	68.505	69.369
Alíquota - 9%	6.165	6.243

27. COVID-19

As medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global. Dentro deste cenário, o momento exige o monitoramento constante das condições de mercado e redução de custos.

A Entidade em linha com as orientações e recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, tomou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem a adoção de teletrabalho; rigorosa higienização dos locais de trabalho, distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) específicos, testagem de casos suspeitos e medição de temperatura corporal.

O Governo Federal, por sua vez, implementou uma série de medidas, no país, para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais, impostos pela pandemia, de dimensões crescentes e ainda incertas que paralisaram, em algum momento, as atividades mundiais, com objetivo de auxiliar o setor produtivo, dentre as quais se destacam: (i) PIS e COFINS e INSS-Contribuição Patronal - tiveram os valores devidos das competências de março a maio de 2020, diferidos para recolhimento em agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente; (ii) FGTS - teve o recolhimento das competências de março a maio diferidas em seis parcelas iguais a pagar de julho a dezembro de 2020; (iii) Sistema S - redução de 50% da alíquota para as competências de abril a junho/2020; e (iv) IOF Crédito – redução de 3% para zero nas operações realizadas entre 3 de abril e 2 de outubro de 2020.

A Entidade tem mantido constante monitoramento do cenário atual e dos seus desdobramentos sobre o mercado de saúde suplementar, em especial o segmento de planos odontológicos, ressaltando que, diante da gravidade, imprevisibilidade e ineditismo do assunto, são necessárias ações de todos os agentes econômicos, de forma a reduzir os impactos para a sociedade.

Como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante e redução de custos, a Entidade, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de going concern foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020.

Os impactos da COVID-19 e da alteração no ambiente econômico foram avaliados na preparação dessas demonstrações financeiras. A Entidade entende que as informações sobre as estimativas e julgamentos relevantes, que requerem elevado nível de julgamento e complexidade em suas aplicações, não afetaram materialmente a situação financeira e os resultados da Entidade, inclusive tendo sido revisadas para as demonstrações financeiras ora apresentadas, a fim de determinar a necessidade (ou não) de eventuais mudanças em premissas e julgamentos decorrentes das atuais condições de mercado. A Entidade entendeu que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020.

Não ocorreram alterações de premissas no reconhecimento dos contratos de receita com clientes; e permanece a expectativa de conclusão da obrigação pelo cliente no vencimento de cada mensalidade, classificada como sendo altamente provável, sujeita apenas ao cumprimento das condições precedentes que constam dos contratos. Os clientes não indicaram a intenção de descumprimento ou revisão dos termos e condições contratuais assinados, e no âmbito do contencioso jurídico da Entidade, não há casos relacionados ao COVID-19 com risco de desembolso financeiro que impactem diretamente às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

28. Seguros

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos sobre seus ativos e responsabilidades, há apenas contratos de seguros para seus veículos, incorrendo em coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos para os demais ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA

Júlio César Teixeira
Diretor Presidente

Rafaela Medina Cury
Diretor Financeiro e Administrativo

Márcio Augusto Pessoa Azevedo
Diretor Técnico Operacional

Marcelo Mello do Amaral
Diretor de Desenvolvimento e Expansão

Robson Dutra Ferreira
Contador
CRC-MG 070057